

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE SANANDUVA

RELATÓRIO DO SEGUNDO SEMESTRE 2025

ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS DO RPPS A RESOLUÇÃO 4.963/2021 E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

Em atendimento a Portaria/MTP N° 1.467, de 02 de junho de 2022.

JANEIRO, 2026

INTRODUÇÃO

Em atendimento às determinações legais, especialmente ao art. 129 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, apresentamos o Relatório de Análise da Aderência da Gestão dos Recursos do RPPS à Resolução CMN nº 4.963/2021 e à Política de Investimentos do 2º semestre de 2025 do **FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE SANANDUVA**, inscrito no CNPJ: 14.374.282/0001-00.

Objetivo do relatório:

A análise tem como foco a aderência das alocações à Política de Investimentos vigente, a verificação do cumprimento das normas federais de segurança financeira e a avaliação do desempenho da carteira frente à meta atuarial estabelecida para o exercício. Dessa forma, atende-se aos requisitos contidos no art. 129 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, e suas alterações subsequentes.

O objetivo principal deste relatório é acompanhar, analisar e verificar se a gestão dos recursos do RPPS está em conformidade com as normas vigentes e com a Política de Investimentos estabelecida.

Política de Investimentos 2025:

Foi aprovada em **25/11/2024**, dentro do prazo legal (até 31/12/2024). Trata-se de um instrumento de planejamento estratégico que norteia a alocação dos recursos financeiros do RPPS. É um documento formal, aprovado pelos órgãos de governança, que estabelece diretrizes, limites de risco, metas de rentabilidade e os segmentos de mercado nos quais o patrimônio previdenciário poderá ser aplicado ao longo do exercício.

As aplicações devem abranger os seguintes segmentos:

• Renda fixa; • Renda variável; • Investimentos no exterior; • Fundos estruturados e imobiliários.

Os valores correspondentes à taxa de administração devem ser segregados dos recursos destinados ao pagamento de **benefícios em conta individual**, distinta das demais verbas do RPPS.

Enquadramento:

Aderente às diretrizes da Política de Investimentos/DPIN do exercício 2025.

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO								
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100,00	0,00	0,00	0,00	0,50	70,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100,00	35.853.448,65	57,96	0,00	55,50	100,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60,00	25.161.819,96	40,68	0,00	35,00	60,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimentos em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Renda Fixa	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV	20,00	518.733,76	0,84	0,00	2,50	15,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5,00	0,00	0,00	0,00	2,00	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º, II	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - Art. 8º, III	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF - Art. 8º, IV	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimentos no Exterior	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	
Investimentos no Exterior	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimentos Estruturados	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I	10,00	325.419,17	0,53	0,00	2,00	10,00	

Imagem 1 - Fonte MPS: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml>

RENDIMENTOS *VERSUS* A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do RPPS para o exercício de 2025 observou os princípios estabelecidos pela Resolução CMN 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Tais diretrizes exigem que as aplicações reúnam os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações e transparência.

É fundamental que os valores referentes à taxa de administração sejam segregados dos recursos destinados ao pagamento de benefícios, mantidos em conta individual e distinta, de acordo com os requisitos normativos de segregação e transparência.

Objetivo da Política de Investimentos

• Segurança: preservação do patrimônio institucional; • Rentabilidade: retorno adequado, respeitando a prudência financeira; • Solvência e liquidez: capacidade de honrar os compromissos atuariais; • Transparência e motivação: clareza nas decisões e coerência com os objetivos previdenciários.

Essas diretrizes foram rigorosamente observadas não apenas na aplicação, mas também na manutenção e eventual desinvestimento dos recursos.

RENDIMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE

Total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras do 2º semestre de 2025 foi de R\$ 4.174.576,21. O melhor mês de rendimento foi OUTUBRO, com ganho de R\$ 746.363,98.

COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS E BANCOS

Os recursos financeiros do RPPS foram geridos em conformidade com a Política de Investimentos, a Resolução em vigor e por meio de Instituições Financeiras previamente credenciadas. Realizaram-se ajustes pontuais na carteira, realocando ativos entre os próprios bancos, a fim de manter a carteira alinhada com a conjuntura econômica atual.

O montante do capital do RPPS apurado em 31/12/2025 foi de R\$ 72.532.132,80, aplicado em fundos de investimento e mantido em conta corrente, conforme distribuição a seguir:

Composição da Carteira		12/2025	
		R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP		6.788.860,75	9,36
BANRISUL AUTOMATICO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CURTO PRAZO		903.843,89	1,25
BANRISUL FOCO IRF-M I RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		2.154.673,88	2,97
BANRISUL MASTER RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		533.095,57	0,73
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP		176.692,88	0,24
BB IDKA 2 TITULOS PUBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIARIO		2.097.338,19	2,89
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIARIO LP		1.675.917,96	2,31
BB IRF-M I TITULOS PUBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIARIO		991.285,91	1,37
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIARIO LP		3.681.635,00	5,08
BB TITULOS PUBLICOS VERTICE 2028 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIARIO		314.003,84	0,43
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PUBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP		193.527,44	0,27
CAIXA BRASIL IRF-M I TITULOS PUBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		286.738,26	0,40
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		2.686.216,12	3,68
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		5.818.602,12	8,02
LF IPCA SANTANDER (08-03-2025)		552.072,86	0,76
LF IPCA SANTANDER (23-07-2027)		583.229,00	0,80
NTN-B 760199 (29934432) 15-05-2035 (02-07-2025) - BB - Sananduva		5.078.068,31	7,00
NTN-B 760199 (29934433) 15-08-2032 (02-07-2025) - BB - Sananduva		5.083.275,93	7,01
NTN-B 760199 (29934434) 15-05-2029 (02-07-2025) - BB - Sananduva		5.090.065,42	7,02
NTN-B 760199 (30084429) 15-05-2029 (24-07-2025) - BB - Sananduva		5.064.230,65	6,98
NTN-B 760199 (30125004) 15-05-2029 (04-08-2025) - BB - Sananduva		5.054.695,19	6,97
NTN-B 760199 (30308404) 15-05-2029 (11-09-2025) - BB - Sananduva		5.007.919,27	6,90
NTN-B 760199 (30308405) 15-05-2035 (11-09-2025) - BB - Sananduva		1.002.513,89	1,38
NTN-B 760199 (30308406) 15-08-2032 (11-09-2025) - BB - Sananduva		4.133.120,68	5,70
NTN-B 760199 (30365672) 15-05-2029 (24-09-2025) - BB - Sananduva		4.985.655,61	6,87
NTN-B 760199 (30365673) 15-05-2035 (24-09-2025) - BB - Sananduva		994.297,99	1,37
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI		622.871,24	0,86
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M I RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		997.684,97	1,38
Total:		72.532.132,80	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	0,00
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	72.532.132,80

Imagem 2 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

OS FUNDOS APLICADOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NAS INSTITUIÇÕES:

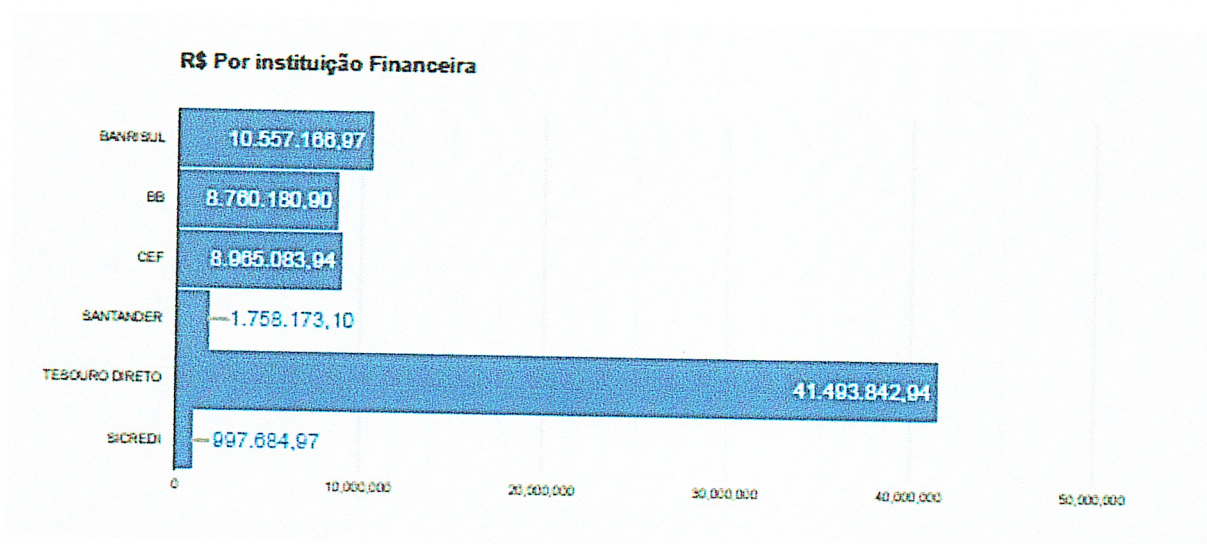


GRÁFICO 1 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Reforçamos que as instituições financeiras nas quais o RPPS possui aplicações estão aptas a receber recursos previdenciários, conforme atualização da lista exaustiva do Ministério da Previdência Social (MPS) em 23/07/2025.

Essa atualização baseia-se na Resolução CMN nº 4.963/2021, que estabelece requisitos rigorosos para os bancos — tais como comitês de auditoria e riscos, autorização do Banco Central e, quando aplicável, registro na CVM como administrador de carteiras —, garantindo que apenas instituições habilitadas recebam aplicações dos RPPS

ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS *VERSUS* A META

A meta para 2025 definida na Política de Investimentos, foi de IPCA + 5,21% ao ano.

A rentabilidade anual apurada foi de R\$ 8.282.316,81, o que corresponde a 136,53% da meta da Política de Investimentos.

Em termos percentuais:

- **Rentabilidade realizada: 13,23%;**
- **Meta da Política de Investimentos: 9,70%.**

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	R\$	%			
12/2025	R\$ 8.282.316,81	13,2382%	IPCA + 5,21%	9,70 %	136,53%

Imagem 3 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), critério para emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, conforme o art. 241, inciso IV, alínea “b”, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos										
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Retificação	Imprimir DAIR PDF	Imprimir APRs PDF
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	31/12/2025	20/01/2026 16:16:04		Não		
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Novembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/11/2025	23/12/2025 08:34:11		Não		
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Outubro	DAIR - Encerramento do Mês	31/10/2025	17/11/2025 09:10:15		Não		
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Setembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/09/2025	30/10/2025 14:14:04		Não		
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Agosto	DAIR - Encerramento do Mês	31/08/2025	19/09/2025 10:31:37	Emitida em 19/09/2025 10:31:40	Não		
Sananduva	87.613.543/0001-62	2025	Julho	DAIR - Encerramento do Mês	31/07/2025	28/08/2025 16:14:05		Não		

Imagem 4 - Fonte: DATAPREV

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>

Os dados disponíveis nos portais do Município e do Ministério do Trabalho e Previdência comprovam que, ao longo do semestre, as aplicações do RPPS permaneceram enquadradas, exceto no mês de agosto, onde o fundo BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC

RENTA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP fechou com 22,56%, sendo que o limite máximo é 20%, o RPPS identificou e já enquadrado no mês subsequente.

Essa conformidade é respaldada pelo monitoramento constante exigido pelo MPS, que verifica a adequação das aplicações à Política de Investimentos e às normas vigentes, como as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos estabelece limites de alocação em renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além dessas restrições, existem vedações específicas que orientam os gestores quanto à adequação dos recursos ao perfil do RPPS.

A gestão baseia-se em cenários projetados pelo mercado, bem como em análises realizadas pela Consultoria Referência em conjunto com o Comitê de Investimentos.

A Política de Investimentos pode ser revisada ou alterada mediante justificativa, seja por adequação ao mercado ou por mudanças legislativas. No entanto, no período analisado, não houve necessidade de alterações em seu texto ou nos limites estabelecidos.

O enquadramento final do segundo semestre demonstramos abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Titulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7. I. "a"	41.493.842,94	57,21%	0,50%	70,00%	ENQUADRADO
FI 100% titulos TN - Art. 7º. I. "b"	15.592.883,00	21,48%	55,50%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º. III. "a"	14.320.105,00	19,74%	35,00%	60,00%	ENQUADRADO
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º. IV	1.135.301,86	1,57%	2,50%	15,00%	ENQUADRADO
Total:	72.532.132,80	100,00%	93,50%		

Imagem 5- Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO SEGUNDO SEMESTRE 2025

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador, porém com maior clareza quanto às direções das políticas monetária e fiscal, tanto no cenário internacional quanto no doméstico.

Cenário Internacional

No segundo semestre, os mercados globais passaram a operar com menor grau de surpresa, embora a volatilidade tenha permanecido elevada. Após o forte estresse observado no início do ano, o ambiente externo entrou em fase de acomodação, sustentado por sinais de maior pragmatismo nas relações comerciais e pela expectativa de ajustes graduais na política monetária das principais economias.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve postura cautelosa, mas os mercados passaram a precificar de forma mais consistente a possibilidade de cortes graduais de juros nos anos seguintes. Esse movimento trouxe algum alívio para os ativos de risco e para os mercados emergentes.

O dólar permaneceu em patamar mais fraco frente às principais moedas, favorecendo a valorização de ativos fora dos Estados Unidos. Bolsas europeias e asiáticas seguiram atraentes, assim como commodities, com destaque para o ouro, que continuou sendo utilizado como proteção diante das incertezas geopolíticas e fiscais.

A diversificação geográfica ganhou ainda mais força no segundo semestre, com redução da concentração em ativos norte-americanos e maior busca por equilíbrio entre risco e retorno. Esse movimento também sustentou o dinamismo do mercado global de fusões e aquisições.

Na renda fixa internacional, os Treasuries permaneceram com juros elevados, mas com tendência de estabilização. A sinalização de possíveis cortes futuros passou a influenciar positivamente os preços dos títulos, sobretudo nos vencimentos mais longos.

Quanto a China, a expectativa de crescimento do PIB para 2025 foi ajustada para 4,8%, após impactos iniciais de tensões tarifárias.

Cenário Econômico Brasil

No Brasil, o segundo semestre foi marcado pelo foco quase exclusivo na política fiscal. O mercado acompanhou de perto a capacidade do governo de cumprir as metas do arcabouço fiscal, fator determinante para o comportamento da curva de juros de longo prazo.

A taxa Selic permaneceu em torno de 15% ao ano durante grande parte do período, mantendo a política monetária bastante restritiva. Essa postura contribuiu para a continuidade

do processo de desaceleração da inflação, ainda que os índices permanecessem acima do centro da meta.

Em meados de agosto os EUA implementaram o chamado "tarifaço", estabelecendo uma alíquota padrão de 50% sobre uma vasta gama de produtos brasileiros. Inicialmente, o pacote previa atingir quase toda a pauta exportadora, que somou US\$ 40,3 bilhões em 2024. Contudo, em novembro, houve uma atenuação das tensões comerciais após novos acordos; a administração norte-americana removeu tarifas adicionais de 40% sobre produtos brasileiros, beneficiando diretamente a agropecuária.

O real seguiu relativamente valorizado frente ao dólar, apoiado pelo diferencial elevado de juros, pela entrada de capital estrangeiro e pelos termos de troca favoráveis. Esse cenário trouxe maior previsibilidade ao ambiente doméstico, ainda que persistissem riscos associados à dinâmica fiscal.

As projeções de crescimento do PIB para 2025 se consolidaram na faixa entre 2,1% e 2,3%, refletindo atividade econômica mais resiliente do que se esperava no início do ano. O período foi marcado por um "pouso suave", com desaceleração gradual da atividade devido à política monetária contracionista e perda de tração da demanda interna. O setor de serviços e a agropecuária (com alta de 11,0%) foram os principais pilares de sustentação

Evolução dos Investimentos no 2º Semestre

No segundo semestre, a renda fixa continuou sendo o principal pilar de retorno, especialmente os ativos atrelados ao CDI, que seguiram apresentando desempenho elevado em função da Selic alta.

Os títulos prefixados e indexados à inflação apresentaram comportamento mais sensível às notícias fiscais. Oscilações na percepção de risco levaram a períodos de volatilidade, sobretudo nos vértices mais longos da curva de juros.

O crédito privado manteve prêmios atrativos, mas com episódios pontuais de estresse, reforçando a necessidade de análise criteriosa, diversificação e atenção à liquidez dos ativos.

A renda variável teve desempenho mais equilibrado no segundo semestre, beneficiada pela expectativa de queda futura dos juros e pela melhora gradual do cenário macroeconômico, ainda que com volatilidade persistente. Assim, o Ibovespa fechou o ano com uma expressiva valorização de 34% atingindo recordes nominais próximos a 160 mil pontos.

*Performance dos Ativos

Retorno			Retorno		
Nome	Semestre	No ano	Nome	Semestre	No ano
RENTA FIXA					
Prefixados			Formado por TP indexados ao IPCA		
IRF-M	6,72%	18,22%	IMA-B	4,02%	13,17%
IRF-M 1	7,39%	14,76%	IMA-B 5	5,29%	11,65%
IRF-M 1+	6,36%	20,07%	IMA-B 5+	3,12%	14,20%
Formado por Títulos da Dívida Pública			DI		
IMA Geral	6,42%	14,83%	CDI	7,43%	14,31%
Duração Constante					
IDKa IPCA 2 Anos	5,80%	12,03%			

Retorno			Retorno		
Nome	Semestre	Retorno No ano	Nome	Semestre	Retorno No ano
RENTA VARIÁVEL					
Doméstico			EXTERIOR		
Ibovespa	16,04%	33,95%	MSCI WORLD	10,99%	6,47%
IBX	15,81%	33,45%	S&P 500	11,24%	3,42%
IBX-50	16,12%	32,11%			

Imagem 6- Fonte: REFERÊNCIA

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Com base na análise dos relatórios da Consultoria Referência e no acompanhamento mensal realizado pelo gestor, Comitê de Investimentos e Conselhos, conclui-se que, no segundo semestre de 2025, os investimentos do RPPS atenderam às normas vigentes e à Política de Investimentos. Verificou-se o cumprimento das metas, o enquadramento dos ativos e a regularidade da gestão, não sendo identificadas deficiências ou irregularidades no período.

O RPPS atingiu 136,53% da meta da Política de Investimentos no exercício, mantendo todos os fundos da carteira devidamente enquadrados.

Embora a análise não tenha identificado inconformidades relevantes, recomenda-se

a adoção das seguintes medidas, com caráter **preventivo e aprimoramento da gestão**, visando à sustentabilidade de longo prazo do RPPS:

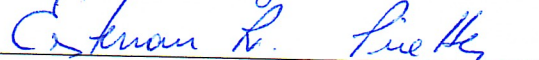
- Avaliar a nova Resolução CMN nº 5.272, mesmo que ela não exigirá que os RPPS façam o desinvestimento imediato dos ativos, o impacto dela na carteira do RPPS;
- Dar continuidade à estratégia de diversificação da carteira, **respeitados** os limites legais desta nova resolução;
- Fortalecer a capacitação contínua dos membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos.

A adoção e a manutenção dessas recomendações contribuirão para o fortalecimento da governança, para a mitigação de riscos e assegurando a sustentabilidade do regime e a proteção dos direitos previdenciários dos servidores públicos municipais.


ANGELA CRISTINA GRÉGIO
Presidente Conselho Deliberativo

CONSELHEIROS:

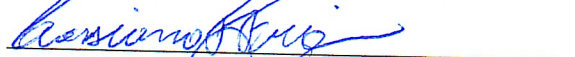
Elisangela Claudete Spanholo Zanin 

Estevan Ricardo Pivetta 

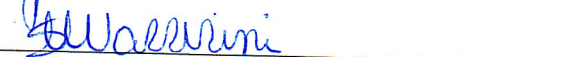
Ieda Maria Carbonera 

José Estevão Aguirre Baldissera 

CONSELHO FISCAL:

Cassiano Francisco Frizon 

Jonara Fortunatto 

Susana Maschio Navarini 

REFERÊNCIAS

1. PORTAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Sistema de Informação dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV). Disponível em: <http://cadprev.previdencia.gov.br/>
2. SISTEMA SGI: <http://sgi.referenciagr.net.br/home>
3. CONSULTORIA REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO